

**Pelas páginas do Almanak Laemmèrt: colégios para a elite feminina na sede da Corte  
(1844, 1867, 1869)**

**Almanak Laemmèrt pages: schools for the female elite in Court headquarters  
(1844, 1860, 1869)**

Heloisa Helena Meirelles dos Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** Investigar os colégios que se anunciavam no Almanak Laemmèrt nos anos de 1844, 1860 e 1869, para a elite feminina na sede da Corte é o objetivo desta pesquisa. A investigação pretende confrontar a realidade social com a teoria histórica expressa por Elias (1994) de interdependência entre indivíduos e sociedade para explicar a necessidade da publicidade em período em que a mulher se educava para tornar-se mais “adequada” às tarefas que ao casamento atribuíam: cuidar da casa e dos filhos e entreter os convidados do marido. Ressalta o papel de “guarda” da mulher pelas instituições educativas às alunas como item relevante para a escolha do educandário formador. Indica as disciplinas que deveriam ser apreendidas e os cuidados com a educação religiosa que se conformam ao papel submisso e invisibilizado da mulher na sociedade, frente ao sistema patriarcal vigente no século XIX. O artigo pretende minimizar lacuna sobre o estudo das escolas privadas, pouco estudadas na historiografia da Educação.

**Palavras-chave:** Colégios para a elite feminina; Almanak Laemmèrt; Papel da mulher no século XIX.

**Almanak Laemmèrt pages: schools for the female elite in Court headquarters  
(1844, 1860, 1869)**

**Abstract:** Investigating the colleges advertised at the Almanak Lemmèrt in 1844, 1860, and 1869 for the female elite at Court headquarters is the purpose of this research. The research aims to confront social reality with the historical theory expressed by Elias (1994) of interdependence between individuals and society to explain the need for advertising in times when women were educated to become more “adequate” to the tasks that the marriage They attributed: taking care of the house and children and entertaining the guests of the husband. It emphasizes the role of “guarding” women by the educational institutions to the students as a relevant item for choosing the educating student. It indicates the disciplines that should be apprehended and the care with religious education that conform to the submissive and invisible role of women in society, facing the patriarchal system in force in the nineteenth century. The article intends to minimize the gap about the study of private schools, little studied in the historiography of Education.

**Keywords:** Colleges for the female elite; Almanak Laemmèrt; Role of women in the nineteenth century.

---

<sup>1</sup> UERJFAETEC. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Instituições, Práticas Educativas e História PROPEd/UERJ. helohmei@gmail.com

## Registros de propaganda: o Almanak Laemmèrt

Ensina Botrel (2001) que almanaques são, concomitantemente, um guia e uma semiologia do tempo, porque “[...] testemunha [...] as interrogações humanas sobre o tempo da vida, antes que chegue o tempo da morte, e das obrigações da vida em sociedade” (p. 17). Machado de Assis (2001), em crônica no *Almanaque das Fluminenses* (1890), discute como nasceram os almanaques:

Some-te, bibliógrafo! Não tenho nada contigo. Nem contigo, curioso de histórias poentas. Sumam-se todos; o que vou contar interessa a outras pessoas menos especiais e muito menos aborrecidas. Vou dizer como se inventaram os almanaques [...]. Esperança fugiu. O Tempo ficou a olhar, calado, até que a perdeu de todo. Abriu a boca para amaldiçoá-la, mas as palavras que lhe saíam eram todas de bênção; quis cuspir no lugar em que a donzela pousara os pés, mas não pôde impedir-se de beijá-lo. Foi por essa ocasião que lhe acudiu a ideia do almanaque. Não se usavam almanaques. Vivia-se sem eles; negociava-se, adoecia-se, morria-se, sem se consultar tais livros. Conhecia-se a marcha do sol e da lua; contavam-se os meses e os anos; era, ao cabo, a mesma coisa; mas não ficava escrito, não se numeravam anos e semanas, não se nomeavam dias nem meses, nada; tudo ia correndo, como passurada que não deixa vestígios no ar [...] Raciocínio de velho, mas tudo se perdoa ao amor, ainda quando ele brota de ruínas. O Tempo inventou o almanaque; compôs um simples livro, seco, sem margens, sem nada; tão-somente os dias, as semanas, os meses e os anos. Um dia, ao amanhecer, toda a terra viu cair do céu uma chuva de folhetos; creram a princípio que era geada de nova espécie, depois, vendo que não, correram todos assustados; afinal, um mais animoso pegou de um dos folhetos, outros fizeram a mesma coisa, leram e entenderam. O almanaque trazia a língua das cidades e dos campos em que caía. Assim toda a terra possuiu, no mesmo instante, os primeiros almanaques. Se muitos povos os não têm ainda hoje, se outros morreram sem os ler, é porque vieram depois dos acontecimentos que estou narrando. Naquela ocasião o dilúvio foi universal<sup>2</sup>.

Mas o que é um almanaque? O Almanak Laemmèrt, fonte e objeto desta pesquisa, em seu primeiro número, se autoapresenta como um impresso popular, um “repertório” de informações, de quantos visitem a Corte, ou que precisem de direção certa, para “frequentar [...] os estabelecimentos públicos ou particulares, as [diferentes] Repartições ou tratar com [profissionais diversos] que lhes dispensasse andarem fazendo indagações [...]” (LAEMMÈRT, 1844, p. III). Para a historiografia o almanaque, especialmente o Almanak Laemmèrt, é um objeto/fonte que permite investigar, através do cotidiano impresso em suas páginas, as muitas atividades existentes na Corte e os homens e instituições que a sociedade brasileira que

<sup>2</sup>

Disponível em: <https://machadodeassis.ufsc.br/obras/contos/avulsos/CONTO,%20Como%20se%20inventaram%20os%20almanaques.%201890.htm>. Acesso em: 8 set. 2019.

habitava a sede do poder imperial em um momento histórico específico. Folheando as páginas desta encadernação, em anos diversos do segundo Império brasileiro, pude refletir sobre as instituições educativas privadas onde a elite feminina ficava interna como pensionista, na maior parte das vezes<sup>3</sup>, para aprender diferentes conhecimentos que lhe permitissem ser considerada “um bom partido”, para o casamento a que estava destinada.

Importante esclarecer que os anúncios que aqui investigo, na maioria das vezes, têm poucas informações, como o quadro de professores, desenhos do prédio e/ou acomodações, periodicidade das disciplinas e/ou seus horários, etc., o que me fez cruzar referências provindas de outras fontes de modo a melhor interpretá-las. As sintéticas propagandas institucionais que os colégios publicizavam tinham o principal objetivo de visibilizar o seu “produto”, a instrução de meninas, e “vendê-lo” aos leitores, os pais. Produzido em tipografias rudimentares<sup>4</sup>, e não havendo um público leitor que possibilitasse grandes investimentos, o Almanak Laemmert foi uma publicação longa, tendo circulado até 1920. Criado pelos irmãos Eduardo e Henrique Laemmert, responsáveis pela editoria, o impresso contava mais de mil páginas e tinha periodicidade anual. Também na publicação os editores se anunciavam e, procuravam driblar o analfabetismo existente tornando “possível ler a palavra impressa nestes papéis, observar as imagens que neles circulavam, adquirir suas próprias leituras, [...] socializar e debater (na rua, em casa, nos cafés, nas livrarias, [...], nas lojas) [...] informações de seu conteúdo” (MORAES, 2007, p. 18)

### **Instrução Feminina: anúncios para moças de elite**

A rede particular oferecia [...] “colégios para as meninas”, dirigidos por “respeitáveis e dignas” senhoras, da mais alta competência e segurança dos pais, como procuravam fazer crer os anúncios de colégios para moças publicados nas páginas do Almanak Laemmert (SILVA, 2008).

Instruir a mulher brasileira de elite, social, política ou econômica, em meados do século XIX não era uma prática usual. Afirma Ritt (2012) que, no período imperial brasileiro, a mulher, nesta sociedade altamente estratificada e dependente do

---

<sup>3</sup> Coexistiam algumas pensionistas, semipensionistas e externas. As últimas habitavam na sede da Corte.

<sup>4</sup> A primeira tipografia particular no Brasil foi instalada em Salvador por Manoel Antônio da Silva Serva (FARIAS et al, 2012, p. 2).

trabalho escravo, tinha como característica a submissão, ao pai, ao marido, aos preceitos religiosos e às normas sociais, que as invisibilizavam frente ao sexo masculino. Vivia-se, naquele momento, em uma sociedade patriarcal e, “[...] além da aprendizagem doméstica, as meninas não recebiam por assim dizer nenhuma educação. Nas famílias em que [só] os meninos iam ao colégio, elas não aprendiam nada” (ARIÈS, 1981, p. 190). De modo geral, às mulheres brasileiras do oitocentos não era dada importância social suficiente para instruírem-se além da necessidade de ler receitas, escrever pequenos recados ou ler jornais femininos (sobre moda, bordados e costuras, cuidados com a família e folhetins, principalmente). Pouco ou nada havia que possibilitasse às mulheres sonhar em ter uma vida além dos cuidados com os filhos, ou com sua própria casa. Também o memorialista Joaquim Manuel de Macedo (1878, p. 18) informa que, nas escolas, se as meninas as frequentavam, eram raros os livros para as meninas, o que denota que a instrução para o sexo feminino não era comum, ou necessária:

Mas à parte o systema, é positivo que ao menos para as meninas de classe superior nas escolas de instrução primaria ha grande e muito sensível pobresa de livros de leitura que excitando interesse pela natureza de seos assumptos, sejam fontes de princípios moraes, de lições de benemerencias e de virtudes, e apropriados`a intelligencias já esclarecidas bastante para reflectir sobre o que lêem, e consciosamente aceitar juízos e apreciações dos factos, aliás ainda com o auxilio, e com a luz mais brilhante e mais profunda da professora<sup>5</sup>.

Isso não quer dizer que estas mulheres não precisassem ter outras habilidades ou aprender outros conhecimentos. Era o papel das mulheres de elite comandar os empregados nas tarefas de cuidar de sua casa, bordar, costurar e educar seus filhos ou entreter os convidados de seu marido tocando piano, cantando ou recitando nas festas em casa. No entanto, estudar em um colégio privado para saber escrever, ler, contar, ter rudimentos de História, Geografia e idiomas não era acessível a todas estas mulheres! Instruir-se era possibilitado às mulheres por seu pai (que financiava o caro investimento) para que pudesse tornar-se um “bom partido” e conseguir um bom casamento que asseguraria à família da moça acordos, mais riqueza ou melhor posição social. Além disso, os educandários eram caros, exigindo razoável investimento financeiro. Estavam abertos apenas para aqueles que podiam arcar com o alto custo do ensino e do enxoval que as meninas/moças

---

<sup>5</sup> Obedecida a grafia da fonte.

levavam. E, ainda, arcar com despesas pela lavagem e cuidados com as roupas e utensílios de que estas meninas/moças dispunham. Estas escolas não eram para todas as mulheres de elite! E todas elas, ao causarem tamanhas despesas às famílias, não lhes asseguravam nenhum retorno posterior, exceto um bom casamento que agregasse bens, no dote estipulado para ela ou, ainda, por um “belo” sobrenome que incorporaria. Tomando por fonte o Almanak Laemmert de 1844, do acervo da Biblioteca Nacional, é possível identificar os seguintes colégios particulares para meninas da elite na Corte:

Quadro 1 – Colégios Femininos em 1844

Colégio	Proprietário	Local
De D. Alexandrina Wilson	Alexandrina Wilson	Rua de São Pedro, 244.
De D. Anna Maria Rosa Carpanato	Anna Maria Rosa Carpanato	Rua do Sacramento, 15.
De D. Catarina Lopes Coruja	Catarina Lopes Coruja	Rua dos Latoeiros, 46, 2º andar.
De D. Leocadia Ignácia dos Reis	Leocadia Ignácia dos Reis	Rua d’Alfandega, 116.
De D. Mathilde Constance Keating	Mathilde Constance Keating	Rua Larga de São Joaquim, 203.
Miss Bins e Cia	Miss Bins	Praça da Glória
De M <sup>me</sup> . De Saint Julien	M <sup>me</sup> . De Saint Julien (Pensionat de jeunes e Dem. <sup>lles</sup> )	Rua do Rosário, 140.
Collegio Allemão	M <sup>me</sup> .Meyer	Rua dos Arcos, 10.
Collegio Nacional	Polucena Maria da Conceição da Cruz	Rua do Areal, 7.
Collegio da Perfeita Educação	-	Rua do Cano, 183.
Colégio de Santa Clara	-	Rua da Ajuda, 213.

Fonte: BN. Almanak Laemmert, 1844, p.188-189

O quadro mostra que os proprietários das instituições educativas são todas do sexo feminino, o que legitimava que educar era natural deste gênero. De modo geral, os colégios não têm um nome próprio, recebendo o nome de sua proprietária, o que era comum em uma cidade com marcas geográficas definidas, como se observa pelos endereços. Os logradouros da cidade do Rio de Janeiro definiam as

atividades que ali eram desenvolvidas, seu morador mais ilustre ou o principal prédio ali instalado. Muitas das proprietárias destas escolas eram estrangeiras, o que é indício de que possam ter chegado ao Brasil como preceptoras, contratadas para ensino domiciliar, ou passaram a ensinar seus próprios idiomas (francês, inglês ou alemão, principalmente). Vasconcelos (2015), ao estudar o diário da Viscondessa do Arcozelo, anota que “[...] que nem sempre [as estrangeiras] se submetiam às convenções sociais brasileiras e essas, a julgar pelas funções e posições que ocupavam [...] acabavam por influenciar particularmente as classes sociais mais elevadas” (p. 113). As estrangeiras, precisando manter-se na Corte “[...] um dos poucos ofícios aceitos e apreciados para mulheres era ensinar; além do mais, tornava-se também o único possível para as que não possuíam nenhum outro talento, mas haviam frequentado colégios europeus” (VASCONCELOS, 2018, p. 289). Estariam as proprietárias destes colégios nestas condições?

O Colégio Nacional, nesta edição do Almanak, informa aos leitores, além de sua proprietária e endereço, que “[...] leciona além das disciplinas marcadas por lei” (LAEMMERT, 1844, p. 188) e ministra todas as “[...] prendas que aperfeiçoarão uma menina” (IBIDEM). Recebia o colégio as suas alunas em sistema de pensionato e meio pensionato. O sistema de pensionato era vantajoso para as moças que residiam fora da Corte. Possibilitava sua guarda e segurança, mesmo com a distância da família.

[...] o verdadeiro internato, o internato propriamente dito, não é o pensionato, mas sim o pensionato é que é, ao mesmo tempo, uma escola. Pois somente assim o internato está completo. Com efeito, assim o aluno encontra na casa que o abriga tudo quanto é necessário à sua vida tanto espiritual como material; está, portanto, definitivamente separado do resto do mundo; o mundo cessa para ele nos muros que o abrigam e que ele não pode mais transpor. Está enclausurado [...]. Além desse enclausuramento, o internato integral tem o grave defeito de ser um produto híbrido, devido à fusão de regimes dificilmente conciliáveis; por um lado, a escola; do outro, o pensionato (DURKHEIM, 1995, p. 115)<sup>6</sup>

Afirma Saviani (2001) que a instrução naquele momento praticada não era eficiente porque existiam, dentre outras razões, “[a] falta de preparo, [a] parca remuneração e [a] pouca dedicação dos professores; a ineficácia do método lancasteriano” (SAVIANI, 2001, p. 130). O método lancasteriano de ensino mútuo

---

<sup>6</sup> DURKHEIM, Emile. *A evolução pedagógica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995

surge no Brasil no início do século XIX e divide a responsabilidade de ensinar entre o professor e o(s) monitor(es) (BASTOS,1997)<sup>7</sup>.

Todos os alunos da escola, algumas centenas sob a direção de um só mestre, estão reunidos num vasto local que é dominado pela mesa do professor, sob um estrado. Na sala estão enfileiradas as classes, tendo em cada extremidade, o púlpito do monitor e o quadro-negro. Os alunos estão divididos em várias classes, seis em geral, com nível de conhecimento semelhante, ou seja, que não sabem nem mais nem menos que os outros. O aluno é integrado a uma classe depois de averiguado seu conhecimento. A classe tem um ritmo determinado de estudo e um programa a desenvolver de leitura, escrita e aritmética. Por exemplo, a leitura: para os menores, da primeira classe, aprender o alfabeto e traçar as letras sobre a areia; na segunda classe, iniciam as sílabas de duas letras que escrevem sobre a ardósia; na terceira, fazem a combinação com três letras; na quarta, trabalham as palavras com várias sílabas; na quinta, começam a ler; somente na sexta classe leem correntemente. Cada aluno pode pertencer ao mesmo tempo à várias classes diferentes, ele pode estar mais avançado em leitura, que na escrita ou no cálculo. O trabalho em cada classe, e esta é a segunda regra do método, é dirigido por um instrutor, o monitor, principal agente do método. É um dos alunos da classe que, dentro de uma especialidade determinada, se distingue pelos seus resultados e é colocado à testa da classe. O professor, antes do início da aula, dá uma explicação especial e indicações particulares. Quando os demais alunos chegam à escola e tomam seus lugares, o monitor de cada classe transmite aos seus colegas os conhecimentos que haviam sido O Almanak divulga, também, mais cinco educandários sem titulação ou referências de proprietárias, que funcionavam à Praça da Constituição, 59; Rua da Alfândega, 91; Rua da Misericórdia, 86; 86; Rua dos Ourives, 13 e 23 e Rua do Sabão, 202. Como eram estas escolas para meninas/moças? O que ensinavam? Que metodologia empregavam? dados pelo professor (BASTOS, 1997, p. 118)

O Almanak divulga, também, mais cinco educandários sem titulação ou referências de proprietárias, que funcionavam à Praça da Constituição, 59; Rua da Alfândega, 91; Rua da Misericórdia, 86; Rua dos Ourives, 13 e 23 e Rua do Sabão, 202. Como eram estas escolas para meninas/moças? O que ensinavam? Que metodologia estas escolas empregavam? Seriam estas proprietárias das escolas anunciadas professoras formadas pela Escola Normal?

A partir de 1867, afirma Tanuri (2002) que havia apenas 4 Escolas Normais em funcionamento no Brasil<sup>8</sup> para formação de professores primários: em Minas Gerais, em 1835 (instalada em 1840); na Bahia, em 1836 (instalada em 1841); em

---

<sup>7</sup> BASTOS, Maria Helena Câmara. *História da Educação*. ASPHE/FaE/UFPel. Pelotas (1): Abril, 1997 p. 115-133

<sup>8</sup> As Escolas Normais no Brasil não duravam muito. Submetidas ao orçamento provincial e aos Liceus, com a diferenciação contida em apenas uma disciplina (Pedagogias), não ministravam curso específico a que se destinavam. Mesmo a 1ª Escola Normal brasileira, em Niterói, ora funcionava, ora era extinta. A Escola Normal da Corte, de 1880, no entanto, não foi extinta em nenhum momento e serviu como modelo a Benjamin Constant em 1891. Este educandário perdura na formação de professores até os dias atuais, com diferentes designações (SANTOS, 2011).

São Paulo, em 1846; em Pernambuco e no Piauí, em 1864 (ambas instaladas em 1865) (p. 64). Por outro lado, comenta Moacyr (1939) que não havia de esperar-se a frequência do sexo feminino porque as Escolas Normais funcionavam, mais das vezes, junto aos Liceus. Tais afirmações fazem crer que as proprietárias destes estabelecimentos possam não ter sido “formadas” por Escolas Normais. Pouco se sabe destas escolas cujos nomes foram anunciados no Almanak Laemmert de 1844, mas consegui uma informação em pesquisas de outro historiador que não tratava especificamente das mulheres que foram proprietárias destes colégios femininos.

O impulso dado à educação feminina no século XIX no Brasil estava ainda distante da maior parte das mentes esclarecidas da Colônia. Somente com a chegada das ordens religiosas voltadas para a educação e com as reformas de costumes que aconteceram no final do século XIX e início do XX, nos conventos e recolhimentos, é que as instituições de reclusão feminina assumiram funções diferenciadas (asilos, conventos, escolas). Mas, enquanto isto não acontecia, as instituições de clausura continuaram a desempenhar seu papel de instrução para algumas mulheres (ALGRANTIN, 1996, p. 266).

D. Catarina Lopes Coruja, dona da escola que tem seu nome, foi a única mulher que pude encontrar, apesar da procura em diferentes fontes, provavelmente devido ao sistema patriarcal imperante, porque achei-a associada ao seu marido. Ela foi casada com Antônio Álvares Pereira Coruja, objeto de estudo da prof<sup>a</sup>. Maria Helena Câmara Bastos. Foi nomeada professora pública na cidade de Rio Grande (RS) em 1834 e, vindo para a Corte, fez concurso para lecionar em uma escola de meninas na freguesia de São José, em 1837. O Colégio de D. Catarina, anunciado no Almanak, foi criado em 1841 e funcionou, a princípio, na Rua da Assembleia, 88. Foi fechado em 1849 (BASTOS, 2006a, p. 162). D. Catarina faleceu “nos primeiros anos de 1880” (BASTOS, 2006b, p. 4 apud PORTO, 1944). Das outras mulheres não pude saber.

No Almanak Laemmert de 1860 encontrei outros colégios femininos. Por esta época o impresso já possuía a seção de Notabilidades o que, por certo, enriqueceu sobremaneira a investigação pelo maior número de informações dos anúncios, especialmente o preço. O Colégio de Santa Cecília, estabelecido à Rua do Ouvidor, 35, 2º andar, dirigido por D. Theresa de Jesus Araújo Sampaio, ensinava a ler e escrever e a contar mas, também, ministrava aulas de História, Geografia e Doutrina Cristã, além de todas as qualidades de bordados (branco, matizes, estofado de sombras de ouro) e trabalhos de agulha. Os custos para pensionistas eram de 25

mil-réis mensais; para meia-pensionista, 12 mil-réis mensais; e para alunas externas 5 mil-réis mensais, pagos adiantadamente, como frisa a propaganda. Os ensinamentos de piano, dança, canto, desenho e francês eram pagos separadamente, em valores que variavam entre 6 e 8 mil-réis mensais. Anuncia o estabelecimento que “nenhuma dedução se fará por ocasião de férias ou faltas, não sendo um mez completo” (LAEMMERT, 1860, p. 486)<sup>9</sup>. Os valores, altos, já excluía grande parte das moças. O Colégio de M<sup>me</sup> M. A. Mounier, estabelecido à Rua da Ajuda, 50, ensina a alunas externas e internas “tudo quanto é preciso para uma completa educação [...] que serão tratadas com zelo maternal” (ibidem). O cuidado materno parece ser o principal objetivo desta escola, legitimada apenas pelo sobrenome francês de sua proprietária-diretora, que não indica o preço de seus “cuidados” nem em que conhecimentos consistia a “completa educação” oferecida. O Colégio de Instrução e Educação de Meninas, situado em Botafogo, 40<sup>10</sup>, dirigido por Mrs. Hitchings, ensinava “todas as matérias tendentes à completa instrução das meninas e [...] todos os ramos da mais perfeita educação” (LAEMMERT, 1860, p. 487). Línguas inglesa, francesa, portuguesa e alemã; Desenho; Música; Dança e Canto; Astronomia; Botânica; História (antiga e moderna); História Natural, Geografia Física e Elementar e Usos dos globos eram os conhecimentos ministrados às alunas, além das habilidades “de costura de diversas qualidades, bordar em lã, branco, matiz e ouro e obras de fantasia” (ibidem). Não esquecia o colégio também de “instruí-las em todos os objetos uteis ao seu desenvolvimento físico e moral”, o que incluía a instrução da doutrina cristã, nos “preceitos de sua religião”<sup>11</sup> (ibidem). O Colégio, em longo anúncio, apresentava seus preços, esclarecendo que os pagamentos eram trimestrais ou anuais, pagos adiantados, e que não haveria descontos por ausências ou férias. O valor a ser pago, anualmente, era de 480 mil-réis. As aulas de Música custavam, mensalmente, 10 mil-réis; as de Dança e Desenho, cada uma, 6 mil-réis por mês; as de Canto e Língua Italiana, cada uma, 8 mil-réis mensais. Era uma instituição cara que oferecia, além da instrução, a cada pensionista “uma cama de ferro, um lavatório, um colchão e um travesseiro, pela quantia de 25\$000” (ibidem). O Colégio de Meninas, estabelecido à Rua da Pedreira da Candelária, 20, oferecia

---

<sup>9</sup> Obedecida a grafia da fonte.

<sup>10</sup> O anúncio não identifica o logradouro.

<sup>11</sup> Ainda que a instituição fosse dirigida por uma inglesa, de origem provavelmente protestante, o colégio oferecia a religião católica que, naquele momento, era o credo oficial do Estado imperial.

aulas de inglês, francês, alemão e português, e era dirigido por Miss Steinmetz e pela Viúva M<sup>me</sup> Taniere e assim se anunciava:

Este estabelecimento faz-se recomendável aos Pais de família, não só por optima situação em dos lugares mais sadios desta Corte e pelos cuidados maternos que suas Directoras empregarão para com suas discípulas que considerarão como suas filhas, como também pela escolha escrupulosa dos mais distintos Professores, que são admittidos a cooperar para os diversos ramos de instrução a que se compromete o colégio (LAEMMERT, 1860, p. 488)<sup>12</sup>.

Este colégio, em sua propaganda, dirige-se diretamente aos pais de família. Eram eles os responsáveis pela manutenção financeira do grupo familiar, pela internalização das práticas sociais (ELIAS, 1994). Os pais eram responsáveis, no seio familiar, de prover a família e preservar as filhas dos “vícios” e virtudes que pudessem, de algum modo, macular-lhes a pureza, tomada como virgindade, que lhes afastasse de um bom casamento. Lembrava-lhes o anúncio que suas filhas, no educandário anunciado, teriam cuidados maternos, já que “[...] a virgindade [das filhas] funcionava como um dispositivo para [manter-lhes] o status [que funcionava] como objeto de valor econômico e político, sobre o qual se assentaria o sistema de herança de propriedade” (D’INCAO, 2004, p. 235). O colégio oferecia vasto currículo que incluía as primeiras letras, a serem ensinadas na língua que fosse familiar à aluna (leitura, caligrafia, gramática, aritmética e religião), ciências (Geografia, História, Cronologia, Cosmografia e Mitologia), Línguas (Português, Francês, Inglês, Alemão e Italiano) e Belas Artes (Dança, Piano e Harpa, Solfejo e Canto, Desenho e Pintura), além de Trabalhos de Agulha e Trabalhos de mãos (tapetes, bordados brancos, de matriz e de ouro, *crochet*, *filet*, ponto de meia, flores de diversas qualidades, etc.). A Educação Religiosa, fosse ela de confessionalidade católica ou protestante (cada uma das Diretoras professava uma das religiões), receberia o “desvelo” necessário. Às pensionistas era cobrado o valor de 100 mil-réis e às meia-pensionistas, a metade deste valor. Os cursos de dança ou solfejo custavam 24 mil-réis cada; o curso de piano ou de pintura 30 mil-réis cada; o curso de harpa, 60 mil-réis; o curso de canto, 36 mil-réis; os cursos de Desenho e Italiano, 18 mil-réis cada. As penas a serem usadas, bem como o papel, custavam 3 mil-réis, e eram pagos à parte. Os valores acertados deveriam ser pagos trimestralmente, sem desconto por

---

<sup>12</sup>Obedecida a grafia da fonte.

férias ou ausências, como nas demais instituições já tratadas. A escola, como outras que aceitavam pensionistas, oferecia às meninas cama de ferro, colchão e travesseiro, ao preço de 25 mil-réis. Esclarecia também que toda moça que saísse do colégio deveria levar consigo o colchão que usava, o que acredito tenha sido por medo de epidemias, bastante comuns na sede da Corte, das quais pouco se conhecia. A escola oferecia, também, lavagem e “arranjos” das roupas de suas pensionistas, ao preço de 25 mil-réis por aluna (LAEMMERT, 1860, p. 488).

Sobre as professoras que ministravam as diferentes disciplinas, nada pude saber. Quem eram as professoras empregadas por estes colégios femininos? Seriam apenas as proprietárias as professoras dos estabelecimentos? O número de matrículas nestas escolas viabilizaria a contratação de outros docentes? As diferentes e diversas disciplinas oferecidas não justificariam outros docentes?

No Almanak de 1869, vejo outros anúncios que me chamam a atenção. O Colégio de Meninas do Largo Machado, dirigido pelas Senhoras Taulois e Rivierre, propagava que suas diretoras sabiam, “por experiência própria, o modo mais conveniente de educar, instruir e tratar as meninas contando [com o auxílio] dos professores mais abalizados da Corte” (LAEMMÈRT, 1869, p. 459). Percebo que nesta edição as proprietárias não se designam Madame, mademoiselle ou Miss, usando o tratamento de Senhoras, ainda que ambas ostentem sobrenomes não nacionais. Deixa entrever que ambas as diretoras são casadas, têm filhos, o que denota ao estabelecimento dignidade e respeito. Informa que “um respeitável sacerdote ensina a doutrina cristã, a leitura e a explicação dos livros santos” (ibidem).

[...] o domínio da Igreja se exercia principalmente pelo controle da sexualidade feminina e na propagação do modelo eclesiástico do casamento. Por ser considerada propensa ao pecado, a mulher sempre deveria obediência a alguém do sexo masculino: inicialmente à figura paterna, posteriormente à do esposo. A ideia de controlar a mulher, principalmente sua sexualidade dentro do matrimônio, [fazia parte da estratégia de tornar a família o eixo da moral cristã] (RABELO, 2011, p. 1)

Também este educandário divulga lista de preços (internas por trimestre, 120 mil-réis; e meia-pensionista, 60 mil-réis) e comunica que o ensino de línguas (alemã ou italiana), de piano, dança, canto, desenho e pintura é pago à parte (os cursos variam entre 6 e 10 mil-réis). Adiantadamente. Que às moças será oferecida cama de ferro, colchão, travesseiro e material de banho, mediante o pagamento de 30 réis.

O Colégio de Santa Cândida, dirigido por D. Belmira Amélia da Silva, “coadjuvada por seu marido, o Bacharel de Letras Joaquim Fernandes da Silva (Professor público e Substituto do Conselho Diretor da Instrução Pública” (LAEMMÈRT, 1869, p. 463), situado à Rua Formosa, 66, é, entre as instituições pesquisadas, a mais barata. Oferece 20 disciplinas, entre as quais: leitura, caligrafia, ortografia, gramática portuguesa, análise lógica e gramatical, dança, música, etc. O colégio recebe no regime de pensionato, semipensionato e alunas externas ao módico preço de, respectivamente, 30 réis, 15 réis e 6 réis. No entanto, as alunas deverão trazer um baú com chave, ou caixa de folha, um cobertor, 6 lençóis, 2 colchas, 4 fronhas, 6 toalhas, um pente de alisar e outro de limpar, uma escova de unhas e outra de dentes, camisas, meias, lenços, calçados, etc. ao arbítrio dos pais. Cama, travesseiro e colchão serão cedidos ao preço de 30 réis, que se apresenta mais caro que cursar a disciplina de piano por um mês (a mensalidade é de 10 réis). Pude encontrar D. Belmira Amélia da Silva em notícia do jornal *Diário de Notícias*, de 11 de maio de 1871, à p. 2. Informava a notícia que D. Belarmina havia doado ao Asilo de Santa Leopoldina 22 objetos, trabalhos de agulha e flores, fruto das atividades de suas alunas.

Neste anúncio do colégio, como nos demais pesquisados, exigiam-se pagamentos adiantados e trimestrais. Informa, ainda, a propaganda que a escola não se responsabiliza por nenhuma joia que a aluna trouxer. Ao pesquisar a criminalidade, especialmente neste momento, encontrei a pesquisa de Batista (2014), intitulada “Crimes de escravos urbanos noticiados pelo jornal *O Pharol* na cidade do Juiz de Fora entre 1870 a 1888”, em que o autor comenta que “[um] delito comumente cometido pelos cativos das cidades brasileiras oitocentista era o roubo” (p. 5). Teria havido algum roubo de joia antes do anúncio? Seriam os escravos os culpados? Tendo em vista o preconceito, infelizmente existente até hoje na sociedade brasileira, não posso responder a meus próprios questionamentos.

O Colégio de Instrução de Meninas, dirigido por Mme Tanière e Charnay, estava situado à Rua do Catete, 175. Informa o anúncio que estava localizado “no bairro mais saudável da Corte, rodeado por chácaras espaçosas e um jardim onde as pensionistas poderão fazer salutar exercício” (LAEMMÈRT, 1869, p. 462). E por que o bairro onde estava influencia na escolha do colégio? Após a epidemia de febre amarela de 1850, com excessivo número de mortos, dos 166.000 habitantes, a doença atingiu 90.658, causando 4.160 mortes (RODRIGUES, 1995, p. 29) e

modificando hábitos nos Rio de Janeiro, através de normas profiláticas e sociais. De tal modo que, em um curto período, grandes alterações foram sentidas nas tradições culturais da sociedade carioca, inclusive o do banimento ou permanência de algumas profissões. Explica, também, o anúncio que a diretora tem mais de 20 anos dedicados ao ensino na Corte; que dirigiu um colégio em Paris, o que a credenciaria para “educar” as moças, amparada, provavelmente, nos novíssimos e ainda pouco conhecidos ditames da Ciência que se propagavam.

## **Conclusão**

Foi complicado interpretar, sem anacronismo, as escrituras publicitárias no Almanak Laemmèrt! Como enxergar com olhos de um passado que não se viveu? A busca por historiadores que adentraram por nuances do que a peça publicitária foi necessária se fundamenta para entender as razões das inserções de detalhes nas escrituras da propaganda das instituições educativas para meninas de elite. Assim, multiplicaram-se as fontes a sem consultadas, mas a narrativa fugiu do anacronismo a que fatalmente incorreria. Por outro lado, pesquisar as mulheres que deram nome aos estabelecimentos nos jornais, o que fiz inúmeras vezes, me permitiu reconhecer a invisibilidade de que o sexo feminino foi alvo durante os anos pesquisados. Encontrei alguns nomes de proprietárias das instituições educacionais em obituários sintéticos, assépticos, lacunares, como as mulheres. Não serviam a esta narrativa!

Tomar um almanaque por fonte para pesquisar sobre a História da Educação permitiu adentrar as publicidades dos colégios para meninas que pertenceram à elite no século XIX. Meninas que estavam sendo educadas para casarem-se e submeterem-se ao marido, responsabilizando-se pela educação dos filhos e pela felicidade familiar. Socialmente era relevante, naquele instante, que o marido pudesse mostrar à sociedade as “habilidades” de que a mulher que desposara era detentora, mas, principalmente, que seus modos sempre valorizassem quem a escolhera. No século XIX, bem antes da abolição da escravidão no Brasil, vivia-se um processo de modernização urbana que consolidava o regime imperial. A mulher tinha um papel definido não só pelos valores difundidos, mas pela legislação que amparava e regravava tais valores. A educação da mulher criava “bons modos” e permitia que o homem interagisse socialmente mostrando-a como um troféu. Destas

sociabilidades o homem obtinha ganhos sociais, políticos e econômicos. A urbanização propicia esta interação social e procura de instituições educacionais na sede da Corte.

Antes, não havia necessidade de incluir, nesta interação social, o sexo feminino. Educava-se o homem. Mandavam-no estudar na Europa. Ao sexo feminino era reservado o aprendizado dos cuidados e a limpeza da casa, os bordados e as costuras, se solteira fosse. Se casada, além destas tarefas femininas, acrescia o cuidado e a educação dos filhos; o trato com os escravos da casa; os cuidados para que a boa comida assomasse à mesa e que, na cama do casal, pudesse cumprir o dever de procriar. A representação da mulher ancorava-se, então, na invisibilidade a que ela pudesse se submeter no lar, em uma situação assimétrica de gêneros, frente ao seu marido.

Quando a sociedade começa a definir para a mulher alguma visibilidade, permite-lhe a instrução, mas mantém a assimetria de gêneros, valorizando a dominação do homem sobre a esposa, os escravos e o lar. O almanaque passou a ser, então, um veículo popular que os pais podiam acessar para terem informações de onde seriam instruídas suas filhas para serem um “bom partido” a quem as desposasse, valorando o patriarcalismo.

As primeiras proprietárias dos colégios para meninas anunciados no Almanak Laemmèrt não tinham preocupação de titular os educandários. Eram estrangeiras, em sua maior parte, e seus nomes e procedências apenas legitimavam o que ensinariam. Havia a preocupação de, apresentando altos preços nas propagandas, valorizar a instrução dirigida às meninas de elite. Os “cuidados maternos” que as instituições educativas anunciavam refletiam o papel da mulher no lar, especialmente a “guarda” da virgindade feminina e o irrestrito respeito aos dogmas da Igreja católica.

Alguns anos depois, os anúncios apresentam as diferentes disciplinas e a escolha delas reflete o que se propagava para as Ciências após a criação de associações e sociedades científicas em terras brasileiras. Por outro lado, destacavam o que seria oferecido às meninas: cama de ferro, travesseiro e cobertor. Talvez para assemelhar os quartos às celas conventuais. Algumas escolas exigiam enxoval, informando que os cuidados com ele seriam pagos à parte. E me questionei se usavam para tais tarefas escravos de ganho, ou se era esta um modo das proprietárias ganharem mais dinheiro.

Em 1869, quando proliferam os anúncios dos colégios femininos na Corte, verifico que alguns são longevos, o que é assinalado na propaganda. Percebo que a longevidade da instituição que se anuncia passa a legitimar a escolha da instituição, assim como os estudos europeus prévios de suas proprietárias. Mas os “cuidados maternos” se mantêm como relevantes para a escolha. Outro dado inserido para leitura do anúncio é a situação do local onde está sediada a instituição educacional. Um dado relevante em uma cidade que perdia muitos habitantes a cada epidemia: o espaço geográfico da escola deveria ser salubre. E por que isso era importante? Ora, os gastos educacionais eram pesados, e era natural que se poupasse de morte prematura a menina que ali se “educava” para, no futuro, ser uma esposa perfeita!

Também são objetos destes anúncios os crimes, especialmente o furto. Exige-se que a moça use um “baú com chaves”, que não porte ou traga joias que podem ser furtadas. É o período de urbanização que enceta tais preocupações a um pai que escolhe uma instituição de ensino onde sua filha estará internada, como “pensionista”.

Os colégios para meninas de elite na Corte permitem, pelos seus anúncios publicados no Almanak Laemmert, em anos diferenciados, antever um reflexo da cidade do Rio de Janeiro e das modificações urbanas por que passou, registrar o papel da mulher em anos distintos e, também, identificar o que socialmente se desejava fosse apropriado pelas meninas de elite na sede da Corte.

## Referências

ALGRANTI, Leila Mezan. Educação feminina: vozes dissonantes no século XVIII e prática colonial. In: MONTEIRO, John Manuel & BLAJ, Ilana (orgs.). **História & Utopias**. São Paulo: ANPUH, 1996.

AMARAL, Isabela Guimarães Rabelo do. Inferiorizando mulheres no período imperial brasileiro: a influência do Direito. Anais. **XXVI Simpósio Nacional de História**. Associação Nacional de História (ANPUH) São Paulo, julho 2011.

ARIÈS, Phillippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **História da Educação** ASPHE/FaE/UFPel. Pelotas (1): Abril, 1997 p. 115-133.

\_\_\_\_\_. Reminiscências de um tempo escolar. Memórias do professor Coruja **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 25, n. 11, p. 157-189, jan./abr. 2006a.

\_\_\_\_\_. A escola e o ensino em Porto Alegre, RS: Antiquilhas do Professor Coruja. **UNlrevista**, v. 1, n. 2, Abril de 2006b, p.1-17.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Almanak Laemmèrt** de 1844, 1860 e 1869.

BOTREL, Jean-François. Catálogo Almanak dos almanaques. In: MEYER, Marlyse. **Do almanak aos almanaques**. Cotia: Ateliê Editorial, 2001.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DURKHEIM, Emile. **A evolução pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Tradução de Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FARIAS, Ismael; MELO, Débora Vilar; OLIVEIRA, Hector; SILVA, Víbio. A importância das primeiras tipografias no Brasil para a construção da memória e do patrimônio social. Anais do **XXXV Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Gestão da Informação** (ENEBD). Belo Horizonte: julho de 2012.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Mulheres Célebres**. Obra Adoptada pelo Governo Imperial para leitura nas escolas de instrução primária do sexo feminino do Município da Corte. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro-Editor, 1878.

MACHADO DE ASSIS. Como se inventaram os almanaques. Disponível em: <https://machadodeassis.ufsc.br/obras/contos/avulsos/CONTO,%20Como%20se%20inventaram%20os%20almanaques,%201890.htm>. Acesso em: 08 set. 2019.

MORAES, Aline. **Educação Particular e Publicidade no Almanak Laemmèrt** (1844/1859). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

RITT, Caroline Fockink. A conquista da educação pelas mulheres na História do Brasil, a violência doméstica praticada contra a mulher e a aplicação do art. 41 da Lei Maria da Penha, para a punição do agressor da violência de gênero. **Revista do Curso de Direito da FSG**, ano 6, n. 12, jul./dez. 2012, p. 41-53.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos Mortos na cidade dos vivos**: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Carioca, vol. 43. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro / Secretaria Municipal de Cultura / Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural / Divisão de Editoração, 1997.

SANTOS, Heloisa Helena Meirelles dos. **Congregação da Escola Normal**: da legitimidade outorgada à legitimidade (re)conquistada (1880-1910). Dissertação

(Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2011.

SILVA, Alexandra Lima da. **Entre memórias e experiências**: ensino e mercado editorial de livros didáticos de História do Brasil. São Paulo: Edições Verona, 2008.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. In: **Revista Brasileira de Educação**. ANPED / Autores Associados, n. 14 (Especial) maio/jun./jul./ago. 2000. p. 61-88.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Uma mulher educada no oitocentos: a escrita feminina no Diário da Viscondessa de Arcozelo. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 53, n. 39, set./dez., 2015. p. 104-131.

\_\_\_\_\_. **Cadernos de História da Educação**, v. 17, n. 2, mai.-ago. 2018. p. 285-308.